

A TRIAGEM TERRITORIAL NOS PROJETOS SOCIAIS

CHEGANDO À CIDADE DE DEUS

Era sábado, por volta das 8 horas da manhã, quando saímos eu e meu irmão, que à época residia no bairro da Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro. Estávamos de carro e nos dirigíamos à Rocinha 2, na Cidade de Deus, para ver uma quitinete disponível para ser alugada, onde acabei morando. Chegamos à CDD pelo acesso próximo aos APs, encontro da Linha Amarela (Avenida Governador Carlos Lacerda, no mapa) com a Estrada do Gabinal (início da linha pontilhada na parte inferior à direita no mapa), seguimos pela Rua Edgard Werneck até a altura da Rua Monte Sião. Esse trecho da via era muito movimentado, com intenso trânsito de carros e ônibus e estabelecimentos comerciais, ONG e associações, escolas, restaurante popular, sede da UPP, nada muito diferente de uma avenida importante e de acesso a um bairro. Pedimos informações a um homem sobre como chegar à Rocinha 2 em um posto de gasolina, ele refletiu um pouco e disse: “eu conheço esse nome...” e alguns segundos depois se lembrou: “ah, é lá dentro”. Ele nos deu duas instruções e disse para pedirmos outras informações novamente em uma padaria para concluir o caminho. Saímos da Edgard Werneck entrando à esquerda, na Rua José de Arimatéia, uma rua de paralelepípedos dividida por um córrego bastante sujo, em cujas margens cresciam árvores. Não era uma via muito estreita, mas carros estacionados dos dois lados exigiam certo cuidado. O ponto de referência nessa avenida era a agência do Banco Bradesco (*pin 3* no mapa), onde deveríamos virar à direita. Fizemos a conversão e seguimos até chegar ao rio, conforme fomos instruídos. Na esquina, encontramos a padaria, onde novamente pedimos informações e recebemos rapidamente novas instruções.

Nesse ponto, a paisagem mudava drasticamente. Se até aquele momento parecia que estávamos em um bairro popular, com casas simples, mas com certa infraestrutura e acabamento, ao chegar à ponte (*pin 4* no mapa), a rua era

praticamente de terra, com asfalto muito desgastado, praticamente inexistente. A esta altura, o número de carros que transitavam era bem menor, apesar de ser uma via larga onde carros poderiam transitar com tranquilidade; tampouco havia ônibus. Eram numerosas as bicicletas e motos e também havia carrinhos para transportar e vender produtos. O odor desagradável era muito forte, pois o córrego que dividia a via claramente recebia o esgoto da Cidade de Deus, a água tinha aspecto muito turvo, pesado e de cor verde-acinzentada. Além disso, também havia, dentro e às margens do córrego, pequenas e inúmeras pilhas de entulhos e de sacos com lixos, além de objetos maiores como cadeiras, pneus e restos de móveis.

Atravessamos a ponte, viramos à esquerda e seguimos até o fim dessa via, onde fizemos uma curva acentuada. Uma nova mudança da paisagem: deparamo-nos com uma espécie de depósito de lixo, que acumulava quantidade considerável de rejeitos, formando um monte de mais de dois metros de altura. Passamos em frente ao monte de lixo e nos deparamos com alguns barracos de madeira muitíssimo precários e pequenos; alguns deles tinham uma tábua suspensa ligando a porta de entrada à parte seca da rua, cujo objetivo era evitar que os pés tocassem a água suja que corria em frente às portas de entrada dos barracos. Algumas crianças pequenas brincavam sem roupa sobre essas tábuas. Algumas mulheres lavavam roupas. Nesse momento, fiquei, de fato, impressionada; em um trajeto de cerca de cinco minutos, a paisagem, as casas e os cheiros haviam mudado radicalmente. Lembro-me de olhar para meu irmão e não conseguirmos falar nada. Pensei em como que aquela imagem correspondia a muitas representações correntes sobre a Cidade de Deus como local de pobreza e sem infraestrutura. Até aquele momento não tínhamos visto nada que pudesse nos deixar receosos, mas à medida que a degradação estética crescia, sentimentos de incerteza e insegurança aumentavam. Seguimos essa rua e vimos casas melhores que os barracos, mas muito mais simples, velhas e sem infraestrutura do que as casas do outro lado da ponte. Nesse trecho, apesar de certo cheiro ruim, já não havia esgoto correndo pelas ruas, ainda que as ruas também fossem praticamente de terra, com muitos desníveis.⁵² Logo encontramos a casa de Cida, a proprietária do imóvel que eu iria alugar.

Eu não sabia naquele momento, mas esse primeiro impacto com relação às diferenças estéticas dentro da Cidade de Deus estava relacionado a toda uma economia espacial de distribuição dos equipamentos e serviços do local. Portanto, apesar de observar a desigualdade sensorial logo na primeira ida à Cidade de Deus, precisei de algumas semanas para compreender como ela estava relacionada a hierarquizações simbólicas referentes a cada parte da Cidade de Deus.

52 Essa é a parte das casas construídas no início da Cidade de Deus para receber as famílias removidas de favelas do centro da cidade do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1960 e 1970.

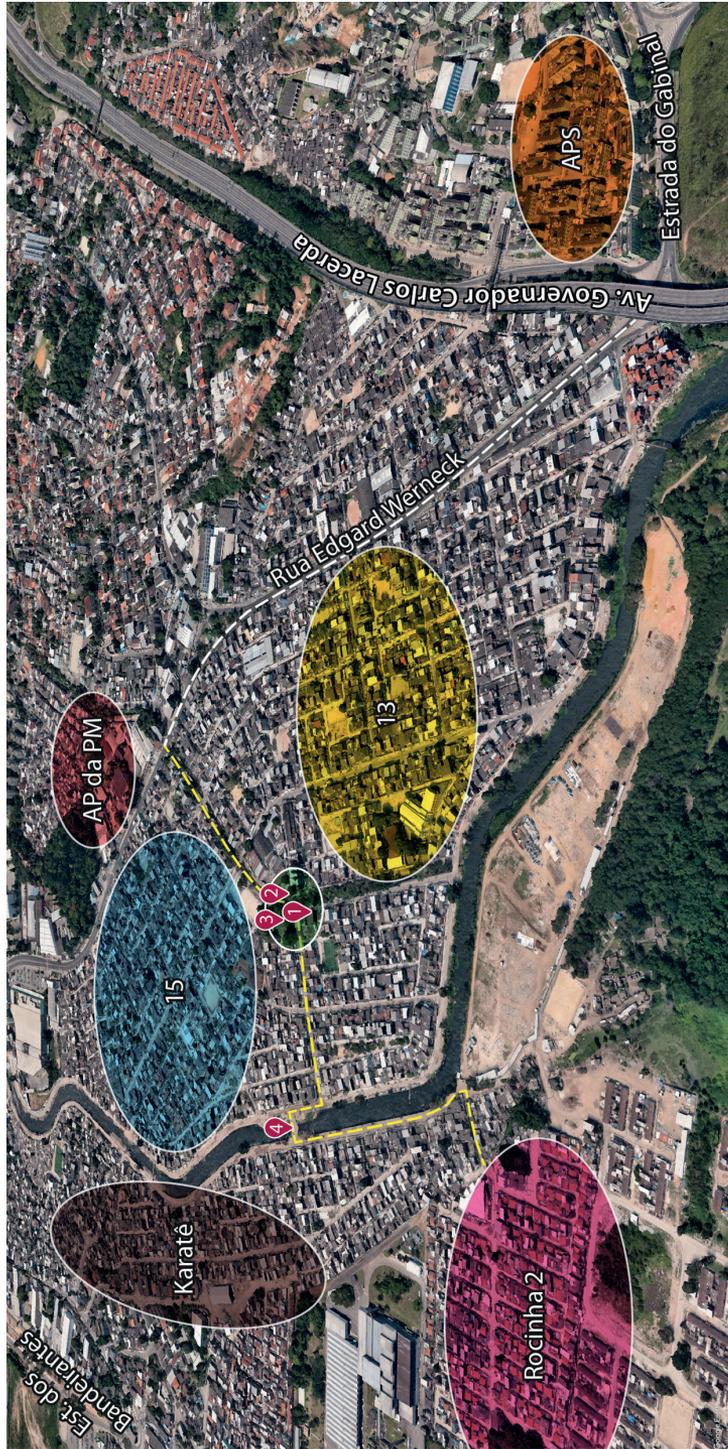


Figura 1 Mapa da Cidade de Deus, com pontos de referência.

Fonte: Google Earth, com marcações acrescentadas pela autora.

Tendo em vista a heterogeneidade da CDD, busquei identificar no mapa através de esferas de diferentes cores as principais áreas segundo os moradores. Não utilizarei a divisão administrativa oficial de sub-bairros por esta não corresponder às divisões e, sobretudo, distinções operadas pelos moradores e agentes estatais que trabalham no território. Irei me deter em divisões e distinções da parte onde mais circulei, que se concentra entre a Rua Edgard Werneck e a Estrada dos Bandeirantes, englobando Quadra 15, Quadra 13, Lazer, Karatê e Rocinha 2 (indicadas no mapa por esferas). Aqui, a ponte é o principal marcador tanto das diferenças estéticas e mais objetivas quanto da distinção simbólica. O córrego onde deságua o esgoto é o principal e mais importante divisor territorial nessa porção da Cidade de Deus.

Além de estigmas e distinções relacionados às diferentes áreas da Cidade de Deus, é importante explicitar como o lugar onde se mora na Cidade de Deus determina a facilidade ou dificuldade de acesso a determinados serviços, tendo em vista a carência e ausência de equipamentos e serviços neste território. A CDD conta com uma população de cerca de 50.000 habitantes, não tem sistema de saneamento básico, o que é evidente pelo odor e aspecto do córrego, como narrei. A coleta de lixo é bastante precária em algumas áreas, sendo realizada duas ou três vezes por semana por homens que empurram carrinhos, coletam o lixo na porta das residências e o depositam em um local onde o caminhão de coleta o recolhe. Entretanto, falhas na coleta realizada pelos homens com carrinhos e pelo caminhão são comuns, implicando acúmulo de lixo em certos pontos e aumento do lançamento direto no córrego. Diferente de outras áreas denominadas favelas ou *comunidades*,⁵³ o relevo da CDD não é acidentado, com morros. Entretanto, mesmo contando com condições geográficas favoráveis, não há transporte público, ônibus ou vans, na parte interna. Para chegar da Rua Edgard Werneck à Rocinha 2, por exemplo, muitos moradores utilizam os serviços de motoboys. Outra característica é a concentração das escolas públicas nas regiões das Quadras 15 e 13, no Lazer e na pista (Rua Edgard Werneck) e a ausência de uma escola de ensino médio em toda a Cidade de Deus.⁵⁴ Portanto, morar da “ponte para lá” ou da “ponte para cá” fazia toda a diferença não apenas pela existência ou não de determinados serviços, programas e *projetos* sociais, mas também pela facilidade ou dificuldade para se deslocar até eles. O exemplo do transporte público é

53 Valladares (2005) descreve o processo de constituição histórica da favela não apenas como espaço físico, mas também como ideia, como forma de identificar certos territórios. Patrícia Birman (2008) faz uma interessante discussão sobre as categorias *comunidade* e *favela*, partindo das formas de identificação e os efeitos decorrentes desses processos, que, no caso das favelas e das *comunidades*, teriam forte carga negativa. A autora identifica os diferentes conteúdos atribuídos à ideia de *comunidade*, os quais são sempre relacionais. Rosa (2009), por sua vez, apresenta uma precisa reflexão acerca dos debates e produções sobre as categorias favela, comunidade e periferia. Utilizo, em geral, a palavra *comunidade* para me referir a favelas ou territórios vulneráveis, seguindo a nomenclatura usada pelos meus interlocutores. A grafia em itálico tem o intuito de remarcar exatamente que essa é uma categoria utilizada pelos meus interlocutores e carregada de sentidos, como quando falam de *cultura da comunidade*.

54 Entre 2014 e 2016, período em que realizei a pesquisa, havia uma obra para a construção de uma escola estadual de Ensino Médio na Cidade de Deus. Até 2020, a obra não havia sido concluída.

expressivo, pois um jovem morador da Rocinha 2, para cursar o ensino médio, tinha que andar cerca de 20 minutos para chegar à via onde pegava um ônibus para a escola, tendo, em alguns casos, que pegar um segundo ônibus. No caso da Rocinha 2, os dois acessos de ônibus eram pela Estrada dos Bandeirantes (à extrema esquerda do mapa) e pela Rua Edgard Werneck.

Eu residi em uma área depois da ponte, se considerarmos a chegada pela Rua Edgard Werneck e pela principal rua de acesso, a Rua Josias, onde se concentram lojas, farmácias, oficinas de bicicleta, salões de beleza, serviços de reparo de celulares, lanchonetes, supermercados e restaurantes.⁵⁵ Apesar de ver as diferenças estéticas e de infraestrutura, inicialmente era difícil entender as distinções e separações. Duas falas muito recorrentes foram deixando claro para mim qual era essa divisão e os conteúdos a ela associados. A primeira fala era dos meus vizinhos da Rocinha 2, que, ao tentarem me explicar a localização de um lugar que eu não conhecia ou precisava ir, sempre diziam “lá na Cidade de Deus” para se referirem a tudo o que era depois da ponte. Inicialmente não entendia muito bem o que eles queriam dizer com “lá na Cidade de Deus”, uma vez que, para mim, tudo aquilo era Cidade de Deus. Outra fala muito comum de moradores que residiam na 13 e na 15 era se referirem à região onde eu morava como “favela” e se mostrarem negativamente surpresos quando explicava onde eu residia. Alguns diziam: “nossa, você é doida de morar lá”, se referindo tanto às condições mais precárias quanto ao fato de a região ser, supostamente, mais violenta.

Mas foi um episódio ocorrido em 2016, quando já não morava mais na Cidade de Deus, que me permitiu entender de modo mais materializado essa separação geográfica. Eu estava no prédio do CRJ, no hall de espera, que tinha sofás e pufes. Comecei a conversar com uma menina negra, cerca de 20 anos, saias até os joelhos e cabelos enrolados perfeitamente cuidados. Michele esperava pelo irmão, que tentava se inscrever no curso de violão. A certa altura da conversa, contei que eu havia residido na Cidade de Deus em 2014 e ela me perguntou onde. Quando disse que foi na Rocinha 2 e dei como referência a birosca da Cida, ela sorriu e disse que morava naquela mesma rua, dando algumas descrições para precisar em que ponto da rua estava sua casa. Michele, então, observou: “eu achei engraçado você falar ‘Rocinha 2’ porque ninguém conhece lá como Rocinha 2, todo mundo chama de Karatê”. Certamente, esse “ninguém” se referia a pessoas de fora da Cidade de Deus e/ou moradores da Cidade de Deus do outro lado da ponte, pois “Rocinha 2” era bastante usado por meus vizinhos. O “engraçado” para ela era alguém que nitidamente não pertencia à Rocinha 2 utilizar este nome, que funcionava quase como uma categoria nativa dos moradores daquela área. Então expliquei que a primeira

55 Para convencionar, usarei “ponte para lá” para me referir à parte mais pobre e sem infraestrutura, localizada depois da ponte se considerarmos a chegada à Cidade de Deus pela Rua Edgard Werneck. A “ponte para cá” se referirá, portanto, à área com maior estrutura e onde se concentram os serviços e equipamentos públicos, incluindo o prédio do CRJ.

vez que fui à Cidade de Deus, as referências dadas para que chegasse lá eram Rocinha 2, e por isso sempre me referi assim ao local onde morei. Foi apenas nesse momento, depois de já ter morado e de já ter me mudado da CDD, que me dei conta que as referências ao Karatê também incluíam a Rocinha 2; na verdade, toda a área depois da ponte era considerada, por quem era de fora e de outras partes da Cidade de Deus, como Karatê.

Além de mais pobre, com menos equipamentos e serviços e acessos mais difíceis, a área depois da ponte era considerada mais violenta, mais perigosa, com mais “confusão”. Nos noticiários, especialmente em matérias relacionadas a episódios de violência, a “região do Karatê” era sempre a indicada para se referir aos episódios ocorridos depois da ponte, do “lado de lá” do rio. Entretanto, essas visões e representações genéricas da e sobre a Cidade de Deus são construídas a partir de um olhar afastado e descolado da experiência vivida no lugar.⁵⁶ É como se existissem escalas ou zooms maiores ou menores por meio dos quais se olha e se refere à Cidade de Deus. Nos grandes noticiários nacionais e na representação midiática e cinematográfica, em geral, tudo aquilo se tratava da Cidade de Deus, o lugar violento, perigoso, pobre. As notícias regionais do estado e da cidade do Rio de Janeiro tinham um pouco mais de precisão com relação ao território; diziam Karatê, APs, Lazer, Quadra 13 e Quadra 15. Alguns moradores que residiam antes da ponte também se referiam à região depois da ponte como Karatê, de modo indistinto. Entretanto, em uma visão mais aproximada, a porção do território chamada de modo genérico de Karatê é toda dividida, havendo distinção dos lugares com maior chance de confrontos, aqueles onde a polícia “abusava mais”, as áreas mais tranquilas etc. Com efeito, para quem morava da “ponte para lá”, aquilo tudo não era Karatê. Aos poucos fui conhecendo outras nuances dentro da própria Rocinha 2: havia as casinhas, os barracos, a área onde os usuários de drogas ficavam, o Jardim do Amanhã, o Jardim do Amanhã 2...

Apesar das especificidades, toda essa região depois da ponte tinha em comum, além da representação como lugar da violência, da sujeira e da desorganização, a ausência ou carência visível de equipamentos e serviços públicos, de *projetos sociais* e associações, sobretudo se comparada com outras áreas da CDD. Com efeito, a oferta de serviços e atividades estava concentrada da “ponte para cá”, especialmente na área do Lazer (assinalada pela esfera verde no mapa) e na Rua Edgar Werneck. O prédio do CRJ (*pin 2* no mapa) não fugia à regra, estando localizado no Lazer, próximo à CUFA (*pin 1* no mapa), à agência do Banco Bradesco (*pin 3* no mapa), à associação de moradores, a entidades filantrópicas, a

56 As categorias *espaço* e *lugar* têm sentidos distintos, sendo que *espaço* ou *espaço geográfico* se refere a uma porção territorial, ao passo que *lugar* se refere aos espaços dotados de significado, de valor, de sentido, de experiências. Nas distintas formas de representar e apresentar a Cidade de Deus, o espaço não seria o que precederia o lugar, na medida em que determinados sujeitos conferem sentido e valor a um determinado espaço (ou seja, fazem dele um lugar), enquanto outros entendem essa mesma porção territorial como apenas um espaço.

escolas e estabelecimentos comerciais e com fácil acesso às vias onde circulavam ônibus que davam acesso à CDD. Ou seja, havia uma sobreposição de carência de equipamentos públicos e serviços, de uma precariedade estética e sensorial (infraestrutura urbana, o que se vê, o cheiro que se sente) e de avaliações e estigmas negativos.

O fato é que, além de perceber essas diferenças e distinções nas reações e nos comentários das pessoas sobre as regiões da “ponte para lá”, me dei conta de que isso também se fazia presente no prédio do CRJ, ou melhor, que essas desigualdades se expressavam nas presenças e ausências nas atividades oferecidas pelo CRJ. Comecei a observar que não via meus vizinhos jovens no CRJ. De fato, a maioria das crianças e dos jovens que frequentavam o prédio me dizia que morava nas proximidades do CRJ, na Quadra 13 ou na Quadra 15, ou seja, do “lado de cá” da ponte, e, de fato, meus vizinhos não se interessavam muito quando eu falava para eles sobre os cursos e atividades disponíveis.

A situação de quatro irmãos de uma família de vizinhos da qual fiquei bastante próxima me parece representativa das trajetórias de outros jovens da vizinhança. Os modos como planejam e organizam suas vidas, assim como as semelhanças das escolhas feitas pelos quatro irmãos, convidam a uma reflexão que toca nas desigualdades territoriais, mas também nas relações que os jovens estabelecem com o território e na forma como pensam e concebem o tempo, o futuro e seus projetos de vida.

OS FILHOS DE MÁRCIA E A TRIAGEM TERRITORIAL

Carolina tinha 19 anos quando a conheci, em 2014. Ela tem seis irmãos, sendo três deles irmãos por parte de pai e de mãe (Ivan, Alexandre e Henrique), outros dois, cerca de 10 anos mais velhos, filhos de sua mãe (com os quais não tinha muito contato) e um irmão caçula de 4 anos, também por parte de mãe. O pai de Carolina é do Norte de Minas Gerais. A mãe é nordestina, do Ceará, e migrou para o Rio de Janeiro ainda adolescente para trabalhar como empregada doméstica. Os pais de Carolina se conheceram na Cidade de Deus, onde nasceram os quatro filhos do casal, incluindo Carolina. Em 2005, a família se mudou para a cidade natal do pai, no Norte de Minas Gerais. Menos de dois anos depois, os pais se separaram e a mãe voltou para a Cidade de Deus, no entanto os filhos ficaram com o pai, uma vez que a situação financeira da mãe era incerta e requeria um tempo para se estabilizar. O filho mais velho, Henrique, retornou para a Cidade de Deus em 2009. Em seguida, Ivan, o filho caçula naquele momento, também voltou para a Cidade de Deus, tendo em vista que passou a sofrer de depressão e necessitava tratamento médico. Carolina e Alexandre retornam em 2012, quando já havia nascido o irmão caçula, Pedro Henrique, filho da mãe com outro companheiro.

À época em que residi na Cidade de Deus, Carolina já havia completado o ensino médio e feito alguns cursos profissionalizantes de curta duração. Estava noiva de Hebert, que trabalhava como entregador em uma pizzaria na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Eles faziam planos de se casar e por isso se organizavam financeiramente. Carolina sempre me dizia que não se casaria para morar na casa da mãe nem da sogra, queria uma casa que fosse sua. Esse planejamento de Carolina era motivo de críticas por parte de seus irmãos e sua mãe, que consideravam um tanto exagerada essa organização tão longa para, simplesmente, se casar, mas ela não parecia se incomodar com essas opiniões e seguia trabalhando na padaria próxima a nossas casas, cujo proprietário a considera organizada e muito responsável. Por ser pessoa de confiança, trabalhar na padaria impunha a Carolina uma rotina diária bem específica, com horários pouco usuais. Acordava às quatro horas da manhã e encerrava as atividades de trabalho por volta das 14 horas. Ia dormir muito cedo e, por isso, era raro vê-la circulando pela vizinhança após às 19 horas, com exceção dos domingos, quando ia à igreja evangélica da qual era membro, assim como o noivo, participar do culto que começava às 19 horas e se estendia até aproximadamente às 21 horas. Carolina não apenas frequentava os cultos, mas era uma integrante ativa da igreja, sobretudo nos ensaios do coral que se apresentava durante os cultos.

Esse engajamento de Carolina com as atividades da igreja era visto com bons olhos pela mãe, Márcia, que não frequentava nenhuma igreja de forma assídua. Ela sempre comentava que o fato de Carolina e o namorado fazerem parte da igreja a tranquilizava, pois sabia que eles estavam “com a cabeça no lugar” e que a filha não seguiria o caminho de muitas meninas ali, de ter filhos muito novas e se envolverem com os “meninos” do tráfico.

Quando me tornei mais próxima da família de Márcia, mãe de Carolina, três de seus filhos – Ivan (com 15 anos), Alexandre (com 17) e Carolina (19 anos) – trabalhavam na padaria próxima às nossas casas. Henrique, de 21 anos, tinha uma sociedade com um amigo e realizava cortes de cabelos masculinos, também na Cidade de Deus. Ter os filhos trabalhando por perto tranquilizava Márcia. Em primeiro lugar, o fato de os filhos trabalharem significava um incremento na renda da família, que tinha como base a aposentadoria por invalidez que ela recebia, no valor de um salário mínimo. Apesar de ter se queixado várias vezes que os filhos não ajudavam de forma sistemática, ela dizia saber que podia contar com eles em situações de “maior aperto” financeiro.

Mas a renda dos filhos também tranquilizava Márcia porque ela sabia que eles podiam comprar coisas que desejassem e ela não podia oferecer, como celulares, tênis, óculos e roupas de marcas mais caras, sem se envolverem em “coisa errada”. Outra questão, também relacionada com o medo constante de que os filhos se envolvessem com “coisa errada”, era o fato de trabalharem na CDD, o que permitia que Márcia tivesse certo controle sobre os filhos, como saber onde estavam, com quem estavam e o que faziam. Ainda que a dimensão moral de

distinção entre trabalhadores e bandidos⁵⁷ atravessasse a preocupação de Márcia com os filhos, suas falas deixavam transparecer mais um alívio do que de orgulho relativo a uma superioridade moral ou simbólica por serem trabalhadores.

O fato é que eles passavam a maior parte do tempo na Cidade de Deus, mais especificamente na região da Rocinha 2. Os quatro filhos de Márcia estavam fixados territorialmente. Pouquíssimas vezes os vi sair da Cidade de Deus, sendo a maioria delas para ir a alguma região bem próxima, em bairros como Taquara, Tanque, Gardênia, Anil, para visitar parentes, e, no máximo, Madureira, para fazer compras. Sem dúvida, esses deslocamentos estavam relacionados à disponibilidade de linhas de ônibus que ligavam a CDD direto a esses bairros, tornando o deslocamento mais fácil e rápido, mas a maior parte do tempo estavam na Cidade de Deus. Era lá que trabalhavam e passavam a maior parte do tempo, com idas rápidas ao mercado, ao salão do irmão, a alguma lanchonete também lá dentro. Os amigos, os namorados, as relações mais próximas eram com pessoas que também moravam ali; eles pouco circulavam para fora da Cidade de Deus e praticamente não circulavam em outras regiões da cidade do Rio de Janeiro. Convergindo com minha percepção, uma técnica de um dos programas que funcionava no prédio do CRJ comentou certa vez: “Mas a gente tem essa clareza de que eles não acessam mesmo, porque já é uma coisa do território esse movimento: quem tá muito lá pra dentro não sai, [...] são poucos, muito poucos que acessam aqui. É do próprio território, essa circulação não existe”.

Por circularem pouco, mesmo dentro da Cidade de Deus, eles tinham escassas informações sobre *projetos sociais*, políticas e serviços, os quais, como já mencionei, estavam concentrados no Lazer e na pista, áreas mais distantes da Rocinha 2, onde moravam. Dos quatro irmãos, Carolina e Henrique conheciam, em linhas gerais, o CRJ e sabiam onde estava localizado o prédio, enquanto Ivan e Alexandre não sabiam do que se tratava. Ou seja, de fato, eles não viam essas ofertas, não tomavam conhecimento da maior parte delas e pouco se interessavam por aquilo que tomavam conhecimento. Paradoxalmente, moravam nas regiões mais pobres da CDD, consideradas mais violentas e, por isso, mais “vulneráveis”, isto é, onde se concentraria o público-alvo a ser privilegiado por *projetos sociais*.

Sem ignorar que as desigualdades de acesso, de oportunidades e socioeconômicas estão expressas no espaço e, ao mesmo tempo, sem cair em um determinismo geográfico, passei a me perguntar: é uma simples coincidência que os lugares mais pobres fossem os mais afastados dos equipamentos e serviços públicos, com pior infraestrutura, mas também onde havia uma recorrente fixação territorial e um notável desinteresse de certos jovens por programas e *projetos* como o CRJ? Acredito que não. Parece-me difícil ignorar que há uma

57 Zaluar (2000), Feltran (2011), Misse (1993), Machado da Silva (2010).

relação entre o local de moradia, a fixação territorial, o acesso aos *projetos* e o interesse por eles.

Certamente que o fator geográfico (distância e fixação territorial) não é a única explicação para a baixa presença de jovens das regiões mais afastadas do prédio do CRJ. Explicar a ausência de jovens das regiões mais afastadas do prédio do CRJ apenas pela distância seria simplificar a questão. O fator geográfico tem um papel relevante no que se refere à dificuldade de tomar conhecimentos das ofertas e chegar a elas.

À distância geográfica e à fixação territorial se soma e se sobrepõe o comum desinteresse pelos *projetos*, o que parece estar relacionado à falta de sentido compartilhado entre as propostas dos *projetos* e os planos e expectativas de vida dos jovens com os quais convivi na Rocinha 2. Logo que iniciei as idas diárias ao prédio do CRJ, comecei a falar com Carolina e seus irmãos sobre as atividades ofertadas. Carolina me perguntou uma vez se havia algum curso de manicure ou cabeleireiro e eu disse que naquele momento não havia, mas que começaria em algumas semanas. Nunca mais falamos sobre isso, pois o início do curso foi adiado sucessivas vezes e Carolina não voltou a tocar no assunto.

O curioso é que, ao mesmo tempo em que sentia vontade de “levar informação” a eles e, em alguma medida, incentivá-los a aproveitar os cursos ofertados pelo CRJ, sentia certa inadequação. Nas três vezes em que falei especificamente sobre os cursos do CRJ, assim que terminava de falar, aquilo tudo me soava completamente sem sentido. Todas as vezes eles me ouviram, mas não demonstravam nenhum interesse, nenhuma curiosidade. Inclusive, não só não se interessavam pelas atividades que eu apresentava, como achavam ainda mais sem sentido que eu fosse para lá todos os dias para observá-las. Eu percebia, mas insistia, apesar de o motivo da falta de interesse estar evidente: eles achavam uma bobagem fazer aulas de caratê, jiu-jítsu, violão, gastando o tempo livre com uma atividade que não iria lhes trazer nenhum benefício prático e mais imediato. De fato, quando olhava para a vida que eles levavam – trabalhavam, faziam planos de morar com suas namoradas ou casar –, me parecia completamente fora de lugar que vissem algum sentido naqueles cursos ou disponibilizassem algum tempo para tal atividade.

A temporalidade pressuposta pelos *projetos sociais* em geral se referia a projetos de futuro e de vida totalmente diferente daqueles que Carolina e seus irmãos viviam e projetavam. O desejo de ir morar com os respectivos namorados é um exemplo desta diferença nos conteúdos dos projetos de vida. Recordo o dia em que Márcia me contou que Ivan, então com 15 anos, estava pensando em morar com a namorada. Surpreendi-me com a tranquilidade com que ela dava a notícia e lhe perguntei se ele não seria muito novo para essa mudança. “Ele é novo”, me respondeu, “mas já está trabalhando na padaria e, morando com a menina, eu sei que tem menos chance dele fazer coisa errada, fica mais responsável”.

À pergunta evitada nos *projetos sociais* em geral – *por que muitos jovens não se interessam pelos projetos?* –, Carolina e seus irmãos me respondiam: são bobos, não têm sentido. Nos *projetos* era comum ouvir que os jovens que não aderiam aos *projetos* por **falta** de visão, de vontade, de paciência, de estrutura familiar. Ou seja, partia-se do pressuposto de que sempre havia um problema com os jovens, sem problematizar linguagens, projeções e pressupostos dos próprios projetos, e assim não se admitia a existência de um abismo entre os pressupostos e premissas dos *projetos* e os projetos de futuro de muitos jovens.

Não pretendo discutir aqui se a juventude é ou não um momento da vida em que os sujeitos são mais imediatistas, muito menos o alcance das assertivas sobre a liquidez e a incerteza da sociedade contemporânea.⁵⁸ A questão a ser sublinhada é que as explicações para a não adesão dos jovens fundadas nessas perspectivas de incerteza da vida contemporânea em geral terminam por ignorar outros recortes, notadamente os socioeconômicos, culturais, de gênero, de raça, que, no caso da CDD, encontra grande correspondência nas clivagens territoriais.

A correspondência entre áreas mais pobres, áreas mais afastadas dos serviços e equipamentos públicos, fixação territorial e projetos de vida (temporalidades, percepção do futuro) remete à ideia de espaço social reificado,⁵⁹ que se refere à sobreposição da estrutura do espaço social e da estrutura do espaço físico.

O espaço social reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetivado) se apresenta, assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital e também da distância física desses bens, que depende também de seu capital). É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado.⁶⁰

A questão é que essa retradução das desigualdades sociais no espaço físico também está relacionada a uma tendência a reproduzir visões de mundo, categorias de percepção ou estruturas mentais. A falta de acesso a bens, serviços e informações “intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar”⁶¹ e isso vai

58 Bauman (2001), Giddens (1991).

59 Bourdieu (1997, 2009).

60 Id. (1997, p. 161).

61 Id. *ibid.*, p. 164.

produzindo e conformando, em alguma medida, os horizontes de possibilidade imaginados, projetados, plausíveis, tal como define Kosellek.⁶²

Recordo-me de uma vez em que me deslocava de casa para o CRJ, numa manhã quente e de sol forte. Nesse dia, excepcionalmente, Pedro Henrique, de três anos, sua mãe Márcia e Cida me acompanharam no trajeto para lá e depois seguiriam para o supermercado. Eu estava um pouco preocupada com o calor e o sol forte, considerando que ele era uma criança e que o trajeto até o supermercado levaria cerca de 30 minutos. Mas ele não se incomodava, estava feliz. Lembro-me da alegria de Pedro Henrique, que ria e conversava muito, repetindo várias vezes, com o típico sotaque carioca: “Luana, eu vou no Prezunic com a minha mãe”. Ao chegarmos ao CRJ, perguntei se elas queriam que Pedro Henrique ficasse comigo por causa do sol forte, mas ele mesmo recusou prontamente a oferta, dizendo que precisava ir para ajudar a mãe. Ao entrar no CRJ, me dei conta de que ir ao supermercado não era um “passeio” que ele fazia normalmente, e, também por isso, estava empolgado. Relendo meus cadernos de campo, dei-me conta de que, durante os quatro meses que residi na CDD, Pedro Henrique saiu de casa ou da casa de Cida (que era ao lado da sua e onde ele passava muito tempo) apenas sete vezes, para ir ao médico, ao aniversário de uma amiga da família, ao CRJ comigo ou ao supermercado. Pedro Henrique me dizia sempre que, quando crescesse, queria trabalhar na padaria, assim como seus irmãos mais velhos.

Não pretendo sugerir que os jovens que eram meus vizinhos não tinham planos, projetos de futuro. Ao contrário, como fica evidente nas histórias de Carolina e seus irmãos, eles querem trabalhar, querem morar com seus namorados, casar, sair da casa da mãe, comprar roupas, sapatos, celulares. E organizam suas vidas em torno disso. Entretanto, olhar esses projetos a partir do que eles são e do que têm não nos faz perceber também que há um determinado horizonte de possibilidades que conforma, em uma medida considerável, esses projetos, entre os quais não figura terminar o ensino médio (como era o caso de Ivan e Alexandre), fazer faculdade ou curso técnico, procurar um emprego formal fora da CDD, porque isso não faz sentido. Parece-me que o cerne da questão aqui é reconhecer que, assim como há conteúdos nesses projetos de vida, também há uma profunda finitude, não apenas do ponto de vista territorial, mas também do acesso, que é restrito e/ou precário, a muitos serviços e experiências de vida. E reconhecer um horizonte de possibilidade muito finito implica, por um lado, não romantizar as especificidades desses projetos e, por outro, reconhecer que eles tendem a reproduzir condições de vida mais difíceis, mais presas ao lugar.

O não reconhecimento das especificidades (e limites) do horizonte de possibilidades, assim como das relações entre processos sociais desiguais que se materializam nos espaços, afasta agentes estatais que implementam *projetos sociais* e

62 Kosellek (2006).

os jovens. Os policiais-professores enxergam as diferentes formas de ver o mundo, de pensar o futuro, de planejar a vida, mas não as validam. Para eles, não há virtude ou qualidade nessa forma de pensar o futuro e viver o hoje. Por isso, os *projetos* não conseguem alcançar esses jovens porque não partilham sentidos mínimos. O modo de funcionamento dos *projetos* pressupõe certo tipo de desejos, de objetivos, de temporalidades, e tudo o que se afasta muito disso não pode ser incorporado ao *projeto* e precisa ser mudado. Nesta lógica, só é possível fazer o *projeto* dar certo se esses jovens, de partida, mudarem a forma de pensar e agir. Não havendo esse ponto de partida comum, cria-se uma espécie de aporia, pois os *projetos* que deveriam lidar com esses jovens, entendê-los, estar perto deles, estão completamente descolados do que os jovens almejam, se distanciando, assim, do seu objetivo principal: chegar ao jovem.

Desse modo, a própria localização do CRJ funciona como uma primeira triagem, como uma primeira seleção (mesmo que involuntária) de quais jovens da Cidade de Deus irão participar dele. É possível perceber certo perfil entre aqueles que buscam os cursos do CRJ e os *projetos sociais*, e sobretudo dos que os frequentam de forma assídua. Os jovens atendidos não são os “mais vulneráveis”, como explicam policiais-professores, como aqueles envolvidos em atividades ligadas ao crime, ligados a pessoas envolvidas, mais pobres, dependentes químicos ou que sofrem violência doméstica. Todavia, também não se trata dos jovens que estudam, que têm o projeto de continuar estudando, trabalham e fazem isso de modo autônomo, contando com o apoio da família. Quem frequenta o prédio do CRJ é o que poderíamos definir como a camada mais intermediária entre estes dois perfis opostos: “mais vulnerável” e “ideal”. Com algumas exceções, são os jovens e crianças considerados menos vulneráveis, porque dominam minimamente os códigos, atendem às expectativas do formato dos *projetos*, têm apoio e incentivo da família para realizar aquelas atividades.

Ao operar uma seleção de quem vai e quem não vai ao prédio do CRJ, a localização acaba funcionando também como forma de reproduzir estigmas e desigualdades. Os jovens das regiões mais afastadas, por não aderirem ou desistirem mais frequentemente dos projetos, são considerados mais preguiçosos, com menos vontade, mais acomodados, menos comprometidos. Esta representação coaduna com as representações recorrentes sobre as áreas da CDD “depois da ponte” e, não raro, é mobilizada para explicar a própria condição “mais precária”, “mais vulnerável” dessa região. Assim, a concentração dos serviços na área mais central da CDD, além de reafirmar as desigualdades espaciais e de acesso a serviços, corrobora para reafirmar estigmas relacionados ao espaço. Acaba por alimentar a própria lógica da exclusão e da desigualdade sobre a qual supostamente deveria incidir, uma vez que o perfil que deveria ser privilegiado, os chamados “jovens mais vulneráveis”, não vai ao CRJ, pela distância, pelos estigmas e pela falta de sentido compartilhado.

A despeito dos argumentos para que os *projetos* se localizem na região mais central – ser mais estratégico porque todo mundo conhece, ser mais seguro por ser uma área mais aberta (sem becos) e mais monitorada pela polícia –, o que a concentração dos *projetos* reproduz é a própria desigualdade espacial, uma vez que as áreas mais pobres continuam com menos equipamentos, menos infraestrutura e mais estigmatizadas. E, assim, as divisões espaciais operam como um primeiro recurso, um primeiro filtro para a classificação dos jovens.

OS PROJETOS DOS POLICIAIS-PROFESSORES NO CRJ DA CIDADE DE DEUS⁶³

Segundo informações oficiais da antiga Superintendência de Políticas para a Juventude, o CRJ é um programa cujo público prioritário são jovens entre 14 e 29 anos e que tem como objetivo central “apresentar novas perspectivas de futuro para a juventude, através da inclusão social de jovens de comunidades de baixa renda, em situação de risco social e/ou pessoal”, oferecendo cursos, atividades esportivas e culturais com estratégias socioeducativas.⁶⁴

O processo de implementação da política de segurança das UPP foi decisivo para as configurações e funções do CRJ no Rio de Janeiro. A maior parte das *comunidades* onde o programa funcionava era “pacificada”, e ele figurou, no início, como política que complementava e acompanhava este processo. Na visão de alguns dos ex-superintendentes entrevistados, o CRJ foi criado para exercer um papel de mediador entre os jovens e os policiais da UPP.

No CRJ da Cidade de Deus, a centralidade da política de “pacificação” era ainda mais evidente devido ao fato de a maior parte dos cursos oferecidos ser ministrada por policiais cedidos pelo comando da UPP local. Tal configuração dividia a opinião de gestores, entre os quais havia os que defendiam a separação e autonomia entre o trabalho do e no CRJ e a atuação da UPP, receosos de que as restrições que a comunidade tinha em relação à polícia, fruto de anos de relações abusivas e tensas, fossem transferidas para o CRJ e inviabilizassem seu objetivo central. Outros gestores acreditavam que a presença de policiais como professores no CRJ, além de ser uma estratégia para aumentar a oferta de atividades, seria uma forma de promover a articulação entre a comunidade e a polícia.

Mas era essa especificidade do CRJ da CDD o que conferia a ele o reconhecimento do CRJ mais bem-sucedido por ofertar mais atividades e com maior regularidade, uma vez que a maior parte dos professores eram policiais

63 A fim de preservar a identidade de meus interlocutores, seus nomes foram trocados. Em casos em que julguei que a transcrição de partes de uma mesma entrevista poderia permitir a identificação do policial e prejudicá-lo, especialmente junto a seus superiores, optei por utilizar nomes distintos para me referir a um mesmo interlocutor.

64 Secretaria do Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (2014).

cedidos e remunerados para desempenhar essa função. No primeiro semestre de 2014, dos nove professores que atuavam no CRJ, seis eram policiais cedidos da UPP, os quais ministravam aulas de violão, instrumentos de sopro, inglês, caratê, jiu-jítsu e capoeira, além de um policial fisioterapeuta que fazia atendimentos no local. Nesse momento, além dos seis policiais-professores, havia três professores remunerados, um deles por intermédio de um *projeto* de música financiado pelo governo federal e dois contratados temporariamente para dar cursos de artes marciais e manicure. Em maio de 2016, no segundo momento da pesquisa, dos 11 professores, cinco eram policiais (três deles estavam entre os seis de 2014), um era o mesmo professor de música vinculado a um projeto do governo federal e os outros cinco cursos ou atividades eram ministrados por moradores da *comunidade*, de forma totalmente voluntária, sem nenhum contrato, ajuda de custo ou remuneração. Isso significa que, em 2016, não havia nenhum professor contratado e remunerado vinculado diretamente ao CRJ e remunerado pelo governo do estado. Apesar dos cortes sofridos, do ponto de vista do serviço oferecido, a rotina do CRJ da CDD não foi muito alterada, tendo em vista que a maioria dos professores eram policiais, cujos salários eram pagos pela Secretaria de Segurança Pública.

Dos sete policiais que trabalhavam no CRJ em 2014, três eram casados e os outros quatro, solteiros ou noivos; entre os cinco policiais em 2016, dois eram casados. A maioria vinha de famílias cujos pais ou os avós migraram para o Rio de Janeiro, vindos do Espírito Santo, de Minas Gerais e da região Nordeste do país.⁶⁵ Todos os policiais-professores tinham idade próxima a 30 anos, ou seja, passaram a maior parte da infância e da adolescência na década de 1990, período em que o crime organizado e o narcotráfico se consolidavam no Rio de Janeiro e, paralelamente, se multiplicavam os confrontos entre facções criminosas e entre policiais e facções. Cresceram em um Rio de Janeiro no qual os crimes violentos cresciam e se expandiam para áreas antes protegidas.⁶⁶ Viram e vivenciaram a violência e a segurança pública se tornarem uma obsessão⁶⁷ a partir de um lugar bem específico: entre os considerados como a fonte e a origem da violência, os das cidades da Baixada Fluminense, *comunidades* e bairros pobres da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Por isso relatam que, além de terem tido uma infância com muitas dificuldades ou de pouco conforto no que se referia à condição financeira da família, estiveram muito próximos da criminalidade e da violência.

65 O período entre as décadas de 1950 e 1970 foi marcado por um forte fluxo de nordestinos em direção à região Sudeste do país, notadamente para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Essas cidades também receberam fluxos consideráveis vindos dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, tendo em vista que eram as principais cidades no auge do processo de industrialização. No caso do Rio de Janeiro, os migrantes dessas regiões se instalaram, sobretudo, em favelas da região Oeste da cidade (área que não havia se tornado fronteira de crescimento e expansão da cidade até aquele momento) e em cidades da região metropolitana, com destaque para as da Baixada Fluminense (LAGO, 2009).

66 Machado da Silva (2008, 2010).

67 Id. (2010, 2011).

Muitos policiais na mesma faixa de idade ingressaram na corporação no contexto de criação e expansão da política de “pacificação” das UPP. Desde 2008, muita coisa aconteceu com a política das UPP, que foi a grande aposta do governo estadual, modelo de política e esperança da população até chegar o momento de forte crise, perda de legitimidade e questionamentos sobre sua efetividade.⁶⁸ E foi no seu auge, entre 2009 e 2011, que o número de concursos para formação e contratação de policiais atingiu seu pico. Além da expansão acelerada da política das UPP, a premissa de que para consolidar um novo modelo de policiamento era preciso renovar a polícia também impulsionou a contratação de policiais. Não é coincidência, portanto, que todos os policiais com os quais tive contato no CRJ tenham ingressado na polícia nesse momento (entre 2009 e 2012) e tenham sido enviados diretamente, ou poucos meses depois, para as Unidades de Polícia Pacificadora recém-instaladas, exatamente na esteira da ideia de que, para pacificar *comunidades* era preciso, antes, “pacificar a polícia” (como declarou Mariano Beltrame, Secretário Estadual de Segurança na época), o que seria feito com a renovação dos quadros, para, assim, interromper e mudar a cultura de corrupção da polícia.

Neste cenário de grande oferta de vagas, ingressar na polícia passou a ser uma opção para muitos policiais-professores, inclusive para os que não tinham a polícia militar como primeira opção de trabalho. Os dois principais motivos para, inicialmente, não quererem ingressar na polícia eram o risco que essa atividade oferece e a imagem negativa da polícia. Os motivos que os fizeram decidir por essa “segunda opção” são vários – vão de muito tempo sem trabalho, busca de estabilidade, fazer um teste para ver se se adaptava –, mas, sem dúvida, a grande oferta de vagas nos concursos foi um fator decisivo.

Então, a minha primeira trajetória até chegar na polícia foi mais ou menos essa. Antes, eu fui técnico em patologia clínica, trabalhei um tempo em patologia clínica. Assim, o meu objetivo, se a PM tivesse aberto uma chance para isso, eu iria para o HPM [Hospital da Polícia Militar], se eu não tivesse trabalhando no *projeto*, que atualmente eu estou. Então são áreas que me chamam a atenção, área de lidar com animais, eu gosto muito, então a parte de cuidar dos animais da PM, você tem o curso de cachorreiros que nós chamamos, operações com cães, o COI [Centro de Operações Integradas], tem o BAC [Batalhão de Ope-

68 Para uma excelente reconstrução de todo o processo de constituição da política de segurança das UPP, veja o trabalho de Menezes (2015). Ainda sobre isso, para discussões sobre os lastros e lógicas que atravessam esta política, veja Leite (2012), Machado da Silva (2014), Fridman (2014) e Pacheco de Oliveira (2014). Sobre os efeitos e conexões das UPP com outras políticas e esferas, veja Rocha e Palermo (2015), Machado (2013) e Misse (2014). Sobre diagnósticos e avaliações sobre o projeto, veja Rodrigues, Siqueira e Lissovsky (2012) e Cano, Borges e Ribeiro (2012).

rações com Cães], também operações com cães. Então, são coisas que me chamam atenção; infelizmente eu não tive a sorte de cair numa área parecida com essa. Quando nos formamos, os 85 milhões, como nós chamamos nosso RG, praticamente a gente foi a primeira tropa que veio para as UPP, junto com os 84 milhões; então nós nos formamos e viemos direto para as UPP. [...] Isso daí [os 84 milhões] são os RG; os RG são o Registro Geral da corporação que a gente recebe, cada corporação tem um RG; nós somos identificados pelo nosso nome de guerra, que pode ser o sobrenome, pode ser qualquer parte do nome, e somos identificados também pelo RG. [...] todo militar tem o seu registro geral de corporação e o registro geral de pessoa física, no caso. Então nós, quando nós falamos com alguém e não conhece o nome, a gente chama a pessoa pelo número. Aonde, infelizmente, nós não deixamos de ser números, nós somos números, independente do que aconteça.

(Robson, policial-professor no CRJ, maio de 2016)

Muito semelhante a Robson, Lívio falou de sua trajetória de ingresso na PMERJ, destacando as razões que o levaram a fazer o concurso e a ausência de desejo inicial ao ingressar na PMERJ:

E eu sempre tive coisas que eu falava que não gostaria de fazer, justamente porque a dificuldade, o tratamento, a consideração sobre aquilo dali era muito pouca. Então, eu nunca quis ser professor: hoje eu me encontro dando aula. Eu nunca quis assim, entre aspas, **ser** policial militar por admirar as coisas que acontecia com polícia, porque eu percebia que acontecia mais coisas ruins com policial bom do que coisas boas com policial bom, e isso é um fato e eu ficava muito triste com isso. E eu nunca quis lidar com pessoas, trabalhar com pessoas, era um fato que eu sempre pensei o seguinte: trabalhar com o ser humano é muito complexo. [...] Então, primeiro eu fiz prova para a PM, porque eu acho o seguinte. Eu sempre tive colegas que eram e falavam assim “ah, pô, a PM tá perdida, o pessoal rouba e não sei o quê. Você que faz a coisa certa, você é preso, você é esculachado, o pessoal não confia em você”. [...] E para mudar isso, eu resolvi, também por incentivo de um ex-sogro meu [...]. Na

época, eu estava fazendo prova para a aeronáutica [...], porque eu também sou técnico em desenho cartográfico, então eu gosto muito de desenhar; então eu falei: “vou fazer prova”. Só que abriu primeiro, eu já estava esperando há muito tempo a prova, e abriu primeiro a prova da PMERJ e eu fiz, e acaba que passei. E eu pensei: “poxa, já que eu passei, eu vou ficar, vou tentar me dedicar. O pessoal critica tanto a PM, tem tanta coisa errada que, se eu continuar desse jeito, um dia meus filhos, minhas filhas (quando eu tiver) vão ser usuários desse sistema falido”. Aí, eu pensando: “poxa, eu posso não me enquadrar no melhor policial do mundo, mas eu me enquadrar no policial honesto, no policial bom. Então, sabe de uma coisa? Eu vou tentar melhorar um pouco o sistema também”. Apesar de voltar: nós não passamos de números, essa é uma realidade. Então quem entra na PM achando que vai ser um herói, achando que vai mudar a corporação, infelizmente ele está enganado, ele pode mudar o pequeno mundo das pessoas que conhecem ele como policial militar, ele não pode mudar a corporação. Esse é um fato e você só enxerga quando você está dentro. Mas, mesmo assim, eu não desistia. Então, tudo que eu não queria ser, hoje eu sou: sou policial militar, não era o meu sonho, eu sou muito sincero em falar isso; porque eu sempre admirei, eu não queria ser pelas dificuldades que o policial bom enfrentava, que eu sabia que iria enfrentar e graças a Deus eu acabei enfrentando, porque senão eu ia me chamar de covarde hoje em dia se eu não fosse.

(Lívio, policial-professor no CRJ, maio de 2016)

O contexto das UPP, com toda a trajetória dessa política, que passa de grande virada e modelo no modo de fazer política de segurança ao fracasso e descrédito, potencializa também o sentimento de impotência, presente na fala de muitos policiais-professores. Lívio repete em sua fala a observação de que os policiais são “apenas números”. Se o anonimato está relacionado às características da organização da polícia em geral, ele é potencializado em momentos de contratação de números elevados de policiais, como aconteceu no início da política das UPP. Quando ingressaram na PMERJ, os cursos de formação eram mais curtos e, neste

caso, não os prepararam para as especificidades da nova proposta de política de segurança, uma polícia de proximidade, como relata Roberto.⁶⁹

Não existe hoje em dia um curso que faça ele ser policial militar de proximidade, que é o que eles chamam a gente, eles criaram um nome para isso aí: policial militar de proximidade. O que é isso? Nós fazemos um contexto social do indivíduo, mas não tem esse curso, não existe, até porque [...]. Nós não somos fomentados em momento nenhum a ter esse tipo de relação, simplesmente se acontecer pela expertise do policial, ou seja, um dom, uma vantagem que ele tinha nesse conceito, aonde ele botou para aprimorar e fazer com que a relação policial-sociedade melhorasse. Então, de acordo com a expertise do policial que se criou os projetos, foi assim que nós resolvemos massificar. E o curso para isso eu diria que seria muito trabalhoso, porque eu não quero formar você multiplicador disso, eu quero pegar o que já tem uma certa aptidão (e é mais trabalhoso ainda, para fazer com que você tenha essa aceitação). É o que eu estou te falando, eu não vou formar o cara em dar tiro, eu posso pegar qualquer um, fazer 15 aulas técnicas e você sair daqui atirando muito bem.

(Roberto, policial-professor no CRJ, junho de 2016)

É importante notar que as críticas à formação que receberam estão relacionadas ao perfil específico desses policiais-professores. Eles tinham alguma formação e/ou experiência em áreas específicas. Alguns haviam estudado música, já eram ou queriam ser músicos; outros tinham formação em artes marciais; outros já tinham formação para professores e/ou já exerciam ou exerceram essa atividade. Outra especificidade deles é que, após ingressarem na polícia, tiveram pouco tempo de serviços prestados “na rua” ou “na atividade-fim”, como denominam. Iniciaram os *projetos*, em média, 12 meses depois de entrarem na corporação. Isso conferia a eles uma visão específica da atividade-fim e dos *projetos*. Por um lado, reafirmam a identidade de policial e como ele sempre está presente

69 O relatório da pesquisa “Unidades de Polícia Pacificadora: o que pensam os policiais – Ano II” apresenta dados que convergem com esta percepção dos policiais com quem tive contato. No relatório de 2010, 30% dos policiais entrevistados afirmaram ter recebido cursos de formação de até seis meses e outros 57,5%, cursos entre sete e nove meses. No entanto, esses números se modificam em 2012, após a reformulação do processo de formação de policiais, passando para 11,4% os cursos de até seis meses e 83,1% os cursos entre sete e nove meses. O mesmo estudo aponta que mais da metade dos policiais afirmou considerar a formação recebida nos cursos de formação insuficiente para o trabalho que devem realizar nas UPP (SOARES, 2012). Disponível em: <http://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/09/Relatorio2012comAnexos.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

em sala de aula; por outro lado, ressaltam como percebem os *projetos* de modo diferente de seus colegas policiais que só estão na rua, muitos dos quais não reconhecem o valor ou são contrários aos *projetos*.

O ingresso na polícia, no contexto de expansão e consolidação da política das UPP, também foi decisivo para que os policiais-professores chegassem aos *projetos*. Com efeito, a partir de 2009, mesmo tendo grande respaldo da opinião pública, o governo do estado do Rio de Janeiro passou a ser questionado sobre a chegada de outros serviços públicos nas favelas pacificadas, se a “chegada do estado” nas *comunidades* seria apenas por meio da segurança pública. O governo estadual intensificou as ações em áreas pacificadas e buscou promover articulações entre políticas municipais, estaduais e federais nesses territórios.⁷⁰ No bojo deste processo, se adensa um esforço da política das UPP de construir um outro modo de atuação da polícia, mais próximo aos modelos de polícia de proximidade e a polícia comunitária. Isso acabou por criar um solo favorável ao desenvolvimento das chamadas ações sociais realizadas por policiais com o objetivo de aproximar polícia e comunidade e construir outra imagem da polícia.

O controle do território pela polícia passou a significar, além da contenção da ação ostensiva de grupos criminosos, ações e participação em atividades variadas nas favelas. Proliferaram ações que iam desde a comemoração de aniversários da implantação das UPP, passando por atividades em datas comemorativas locais, apoio a ações de outras entidades e mediação de conflitos, chegando à participação em reuniões da comunidade e intervenção em outras políticas.⁷¹

Mas eram os *projetos* de policiais das unidades que tinham maior destaque nesse esforço de aproximar polícia e comunidade.⁷² No caso da Cidade de Deus, as aulas dos policiais-professores eram frequentadas, sobretudo, por crianças e jovens, distribuídos de modo diferenciado de acordo com cada curso. No curso de inglês, por exemplo, predominavam os jovens entre 14 e 20 anos; nas aulas de jiu-jítsu, o público era bastante heterogêneo, com crianças a partir de seis anos. Uma vez inscritos, os alunos precisavam apenas frequentar as aulas, não havendo controle formal de presença, com exceção da aula de inglês e de balé. Havia controle por parte dos policiais-professores, feito segundo o que se lembravam, sendo comum perguntar aos alunos por que haviam faltado na semana anterior ou o motivo da ausência por várias semanas. Algumas modali-

70 A UPP Social foi a maior expressão dessa resposta. O Programa UPP Social foi lançado em 2010 e, inicialmente, esteve vinculado à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos; em 2011, passou a ser de responsabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro e coordenado pelo Instituto Pereira Passos (IPP). O objetivo da UPP Social (hoje Rio Mais Social) é integrar e acompanhar as ações e serviços públicos em territórios “pacificados”. Vale destacar que os *projetos* desenvolvidos pelos policiais-professores não tinham qualquer relação formal ou prática com o Programa da UPP Social. O interessante é observar a proliferação de iniciativas para complementar e melhorar a política de segurança, seja através de programas complementares ou por meio da atuação social de policiais.

71 Menezes (2015), Davies (2014), Carvalho (2014), Araújo Silva e Carvalho (2014).

72 Na internet há diversos vídeos sobre os *projetos sociais* desenvolvidos por policiais. Veja, por exemplo: https://www.youtube.com/watch?v=_WaTmLipB7k; <https://www.youtube.com/watch?v=PSFInpC8aaU>. Na página da UPP há diversas notícias sobre os *projetos*. Veja em: <http://www.upprj.com/>.

dades demandavam a compra de materiais, como o ji (espécie de quimono usado no caratê); o colam, o saiote e as sapatilhas para o balé; o xerox de um livro para o inglês; instrumentos para as aulas de música. A aquisição dos materiais não era um pré-requisito, mas havia certa pressão para que os alunos os adquirissem, pois isso era visto como um sinal de que realmente estavam levando a atividade a sério.

No caso da CDD, os *projetos* desenvolvidos em um mesmo espaço, o prédio do CRJ, funcionavam de modo independente. Os policiais que tinham *projetos* não estavam vinculados a nenhuma ação ou departamento específico da UPP local ou do comando geral das UPP (a CPP); não recebiam formação nem orientação e não tinham um espaço de troca de experiências entre policiais com *projetos*, seja dentro de uma mesma UPP ou entre UPP diferentes.⁷³

Apesar de não estarem previstos formalmente, os *projetos* estavam presentes em todas as UPP, conforme pude observar em buscas na internet e informações de policiais-professores. Por não haver uma normativa relativa aos *projetos*, não havia critério estabelecido sobre os formatos e os tipos de atividades a serem implementadas. A implementação de um *projeto* dependia da combinação entre: a) as competências dos policiais daquela UPP; b) a disponibilidade e interesse desses policiais; e c) a avaliação do comandante da UPP local.⁷⁴ Entretanto, os modos como estes fatores se combinavam eram bastante circunstanciais e dependiam fortemente do comandante, não apenas pela sua avaliação da relevância do *projeto*, mas também pelo seu perfil, ou seja, se era um apoiador dos *projetos* ou não.

Os diferentes percursos dos policiais até chegarem ao CRJ revelaram o quão circunstancial poderia ser a escolha de um *projeto*. Vitor conta como foi o seu caso:

Aí veio pedido do antigo comandante para realizar, ele já sabia que eu disputava pelo CEFAP campeonatos, eu já treinava há um certo tempo e ele perguntou se eu gostaria de dar aula. Enquanto isso, já existia aula no Batalhão, no 18, com policial de UPP, ele dava aula já dentro do Batalhão. E ele perguntou para mim se eu queria implementar, ser pioneiro dando aula dentro da *comunidade* e eu, num primeiro momento, eu neguei, falei: “Não, olha só, eu não vou fazer isso não, porque eu não estudei...”, eu sempre fui uma pessoa muito, alguns podem chamar de medroso, eu quero

73 A exceção de uma articulação de *projetos* de diferentes UPP é a equipe “Geração UPP”, que reúne em uma mesma equipe policiais que ministram aulas de diferentes artes marciais, com destaque para o jiu-jitsu, para seus alunos. A Geração UPP conta com participantes de 19 *comunidades* com UPP e participa de competições nacionais e internacionais. O desempenho e a notoriedade da equipe têm lhe garantido patrocínios de empresas privadas.

74 Predominam nos *projetos* de policiais das UPP os cursos de artes marciais em geral, aulas de instrumentos musicais (violão e cavaquinho), escolinhas de futebol, aulas de dança e reforço escolar.

dizer que eu sou uma pessoa muito precavida, eu não posso dar aula em um lugar que eu nem sei quem eu sou naquele momento ali dentro. Eu trabalhava na rua, aí veio um pedido para eu montar um *projeto* para a comunidade, aí eu neguei primeiramente, estudei um pouquinho, aí depois aceitei, cheguei e aceitei. Aí, o comando já tinha mudado, o comando que propôs tinha mudado, aí o comando que implementou foi um outro comando, que aceitou. Aí, eu dava aula aqui na Cidade de Deus, vim direto para o CRJ sim, na época o comando descobriu o CRJ, não, ele encontrou que era a antiga Casa da Paz, Fundação Leão XIII, antiga Casa da Paz, o CRJ. Então, assim, encontraram o CRJ, o CRJ é o Centro de Referência da Juventude e hoje nós já vamos para o sexto diretor do CRJ. Desde a minha época, todo mundo da minha época, eu acho que já foi mandado embora, eu acho que eu sou o único que estou, até porque eu sou policial da UPP. Então, depois de mim veio o professor que já dava aula no Batalhão de luta também, ele foi dar aula em um outro polo do CRJ, que foi na frente do nosso aqui [no prédio onde o CRJ funcionou durante um tempo, onde fiz a primeira parte da pesquisa], aí já ficou [tendo duas aulas] e eu pedi para chamar o inglês, que era o meu amigo de rua, o meu colega, meu Cosme e Damião, que ficava sofrendo na chuva e no sol comigo, que é professor de inglês.
(Vitor, policial-professor no CRJ, maio de 2016)

Outros dois professores me relataram ter iniciado seus *projetos* de formas diferentes, apresentando suas propostas aos comandantes, tendo em vista que já havia outros *projetos* em andamento no CRJ. No caso de Pablo, a proposta foi prontamente aceita:

O que aconteceu foi o seguinte. Eu entrei pra polícia em 2007 e vim pra Cidade de Deus assim que a UPP começou aqui, quando os primeiros entraram, eu vim junto. Então eu trabalhei na rua até 2010, até novembro de 2010. Mas aí, o que acontece? Eu sempre gostei muito de ajudar a comunidade, as pessoas. Então, eu ficava vendo tanto jovem à toa e a cada ocorrência gente que de repente tinha até potencial, mas estava à toa por aí. E como eu já tinha feito curso, eu já tinha feito até um módulo para dar aula, mas nunca tinha dado, aí eu pensei: “pô, eu acho que eu vou levar essa ideia pro meu coman-

dante, ver o que ele acha, e ver se vai dar certo”. Aí, procurei o meu comandante da época. [...] Aí eu falei “poxa Capitão, eu estou com essa ideia aí, eu me formei como professor e nunca dei aula assim, vejo tanto potencial”. Aí, expliquei pra ele e ele falou o seguinte “se você arrumar um lugar, eu autorizo você dar aula; a *comunidade* precisa, acho que vai ser bom aproximar os policiais da comunidade”. Aí eu vim aqui no CRJ, conversei com... na verdade, [outro professor] já dava aula aqui [...] tinha três meses. Eu falei “bom, ele já tá lá, vou vir aqui também”. Vim aqui, conversei com a diretora na época, era a Adnéia. A Adnéia: “não poxa, eu tenho uma sala sim, você pode vir”, eu falei: “beleza”. Abri inscrição, em uma semana as minhas turmas encheram e eu comecei a dar aula. [...]. Eu fiz as contas, eu tive mais de 800 alunos aqui da *comunidade*; muitos arrumaram emprego por causa do curso.

(Pablo, policial-professor no CRJ, abril de 2016)

Diferentemente, outro policial contou com a intervenção de um diretor do CRJ junto ao seu comandante para concretizar seu *projeto*:

Depois de lá, o Rodrigo me conheceu [...]. Aí, a gente conversando informalmente, ele soube que eu era professor [...]. E ele era o diretor daqui do CRJ, aí ele falou: “Eu vou te colocar no CRJ”; aí eu não acreditei, porque eu já tinha mostrado para o meu major o meu *projeto* e o meu major já pediu para eu esperar um pouco porque estava tendo a transição de comando, tava trocando de major, então ele me mandou aguardar. Mas aí o Rodrigo entrou na jogada e, realmente, depois que o Rodrigo falou com ele eu vim para o CRJ; tô no CRJ desde o ano passado.

(Vinícius, policial-professor no CRJ, junho de 2016)

Antônio, por sua vez, chegou aos *projetos* por um convite feito pelo comandante da primeira UPP em que trabalhou logo que ingressou na PMERJ. Ele foi transferido algumas vezes para auxiliar na implementação de *projetos* em outras UPP, especialmente as recém-implementadas. E por razões que ele não detalhou, foi transferido para a CDD também para desenvolver seu *projeto*:

E nessa unidade [a primeira em que trabalhou] eu conheci um Major, que também é músico, que também estudou

com os mesmos professores que eu estudei na [Escola de Música] Vila Lobos. Eu trabalhei um tempo na tropa, na atividade-fim, e depois ele me apresentou os *projetos*; eu não conhecia ainda essa forma de trabalho de proximidade da polícia. Eu me apaixonei e fiquei desde então trabalhando com *projeto* social pela corporação. Já tem 5 anos. [...] Nós trabalhamos alguns meses lá [na primeira UPP], depois nós iniciamos o *projeto* na Mangueira. Aí ficamos 2 anos na Mangueira. Lá a gente conseguiu mais professores-policiais. Lá a gente montou, conseguiu fazer um musical com os alunos, com tudo que a gente conseguia passar pra eles, a parte de canto-coral, de música, de dança, foi bem legal. Depois, de lá nós fomos para o São Carlos; também ficamos dois anos no São Carlos. Depois fomos para [o Morro da] Providência, eu fiquei um ano na Providência em parceria com São Carlos, que eram *comunidades* com rivalidade histórica; então a gente tinha esse interesse de fazer essa, vamos dizer, esse intercâmbio cultural. Depois nós viemos aqui pra Cidade de Deus; [...] o meu *projeto* iniciou agora, mas a CDD é uma das *comunidades* pacificadas mais ativas.

(Antônio, policial-professor no CRJ, junho de 2016)

Assim como acontecia com a escolha dos *projetos* a serem implementados, faltava um critério e uma diretriz-geral também no que se referia à interrupção ou manutenção dos *projetos* em curso. A cada mudança de comando, os *projetos* ficavam numa situação incerta, sendo que os mais antigos, que contavam com um número elevado de alunos e com bons índices de permanência ao longo dos anos, gozavam de relativa estabilidade, ao menos no caso da Cidade de Deus. Jaime assim me explicou:

Eu estou cedido até o meu comandante achar que não. A qualquer hora o comandante pode: “olha Luiz, seu *projeto* acabou, você vai pra RP tal...”, a qualquer momento. Só que, de todos os comandantes que tiveram até hoje, nenhum quis tirar a gente. Todos viram que o *projeto* é sério, que eu tenho muitos alunos, que isso daí é realmente um modo de mudar a *comunidade*. Então, acho muito difícil um comandante chegar e tirar o *projeto*, eu acho que seria um tiro no pé, seria um tiro no pé. Porque ele vê a importância do trabalho, ele vê a seriedade do trabalho. [...] Hoje eu tenho 122 alunos, então chegar pra mim hoje:

“olha, seu *projeto* acabou”. Ele pode até fazer, lógico, é meu superior, mas eu não sei se isso repercutiria tão bem na administração dele. Talvez iriam mães lá “você tirou, por quê? O que que ele fez de errado?”, “não, não fez nada...”. Então, quer dizer, eu acho muito difícil um comandante entrar e acabar com os *projetos*. Pode acontecer, mas... de qualquer maneira, é a vontade dele. Não é que tem uma norma, uma regulamentação, não, não, não; a partir do momento que ele falar amanhã “acabou”, acabou; a gente está aqui a comando dele.

(Jaime, policial-professor no CRJ, abril de 2016)

Além dos fatores acima, havia incerteza e instabilidade também pela possibilidade constante de as atividades dos *projetos* serem interrompidas por certo período devido a deslocamentos dos policiais para atuarem em operações específicas, em grandes eventos ou em locais em situação crítica. E isso, muitas vezes, se dava sem aviso prévio. Durante a pesquisa, no final de maio de 2014, cheguei ao CRJ por volta das nove horas, como de costume. Logo notei que o movimento estava bastante reduzido; poucas pessoas transitavam ali e não havia muito barulho. Encontrei Sofia, da equipe administrativa, e perguntei “cadê todo mundo?”. Ela me explicou que todos os policiais haviam sido convocados para atuarem no Complexo da Penha e do Alemão, onde a situação estava crítica, com muitos confrontos. O controle da situação na região era estratégico, tendo em vista que a Copa do Mundo de Futebol começaria em poucos dias. De fato, alguns rumores haviam circulado no CRJ nas semanas anteriores. Alguns policiais-professores comentaram sobre essa possibilidade, expressando preocupação com o cenário na região da Penha e do Alemão, mas nada concreto. Naquele dia, muitos alunos se dirigiram ao CRJ para seus cursos e eram informados por Sofia sobre a situação e da impossibilidade de prever o retorno das aulas, considerando, ainda, que havia a possibilidade de alguns policiais serem deslocados definitivamente. A instrução era que as pessoas ligassem ou fossem ao CRJ semanalmente para saber se novas informações haviam surgido. Sofia me explicou que esse tipo de situação já havia ocorrido antes.

A falta de articulação, de previsibilidade e regulação normativa se refletia no caráter improvisado dos locais onde as aulas são ministradas. Em algumas unidades, as aulas eram dadas na própria sede da UPP; em alguns casos, eram firmadas parcerias com ONG ou associações para utilização do espaço. Entretanto, na maior parte dos casos, os policiais davam aulas em escolas ou outros equipamentos públicos, como acontece no CRJ da CDD. Essa parceria se mostrou muito positiva para ambas partes, pois os policiais passaram a contar com salas com certa estrutura e o CRJ conseguia ofertar um número maior de cursos, já que os recursos para a contratação de professores vinham

declinando, chegando a não existir mais em 2015. Além disso, estar no CRJ era interessante para a UPP porque eles ocupavam um equipamento muito conhecido e podiam atenuar a imagem negativa da polícia, diluindo a associação de seus cursos com a polícia.

Gostaria de chamar a atenção para o uso que policiais e comandantes de UPP faziam do termo *projetos* ou *projetos sociais*. Esse é um termo muito utilizado para se referir a ações, programas e até políticas públicas em favelas e periferias.⁷⁵ Os *projetos* podem ser vinculados a políticas ou programas governamentais, a agências internacionais, a ONG, a associações comunitárias, a igrejas, a movimentos sociais, a grupos ou indivíduos voluntários. Apesar de genéricos e vagos, o público, os objetivos e os pressupostos gerais são bem precisos: majoritariamente são destinados a crianças e jovens dos chamados territórios vulneráveis, tendo como objetivo incidir sobre essa condição vulnerável e, assim, atuar na prevenção à violência, já que tal condição os tornaria mais propensos a se engajarem em atividades ligas ao crime. Assim era também na CDD, *projeto* era o nome dado pelos jovens a qualquer curso que frequentavam ou atividades que faziam, fossem elas estatais ou não, distinção pouco identificada e relevante.

A questão a ser sublinhada é como os *projetos* se tornaram uma forma de intervenção em territórios de pobreza que está relacionada a um modelo de gestão da pobreza. A literatura das ciências sociais já se debruçou sobre a consolidação do modelo neoliberal no Brasil na década de 1990, bem como tratou das múltiplas dimensões de seus efeitos, desse ajuste, seja no campo político, social ou do trabalho.⁷⁶ Dagnino chamou de “confluência perversa” esse cruzamento “entre dois processos distintos, ligados a dois projetos políticos distintos”: aquele orientado pelo modelo neoliberal, no qual o estado não deve ter o “papel de garantir direitos sociais”, responsabilidade a ser transferida para a sociedade civil; e um projeto “democratizante, participatório, que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático”.⁷⁷ Com a consolidação do modelo neoliberal no Brasil, ganha força a ideia de que o estado não é capaz – e não precisa ser – de lidar com os problemas sociais. A noção de sociedade civil se desloca de modo decisivo e passa a ser sinônimo de Organizações Não Governamentais (ONG), Terceiro Setor e Fun-

75 É interessante notar como o *social* remete e se refere a algo bem específico, como destacou Deleuze no prefácio do livro de Jaques Donzelot, *A polícia das famílias*: “Certamente não se trata do adjetivo que qualifica o conjunto de fenômenos que são objeto da sociologia: o *social* tem por referência um *setor particular* em que se classificam problemas na verdade bastante diversos, casos especiais, instituições específicas, todo um pessoal qualificado (assistentes ‘sociais’, trabalhadores ‘sociais’)” (DONZELOT, 1985, p. 10). Aqui, é importante frisar, Deleuze estabelece um diálogo direto e profícuo com as reflexões de Donzelot (1994) acerca da *invenção do social*, que seria um híbrido inventado pela modernidade que permitiu acomodar a oposição violenta entre o imaginário político (democracia e igualdade) e a realidade da sociedade e do mercado. Para Donzelot, o *social* permite acomodar esta querela estrutural e estabilizar uma ordem social injusta.

76 Paoli (2007), Oliveira e Rizek (2007), Telles (2001).

77 Dagnino (2004, p. 140).

dações (empresariais).⁷⁸ No bojo deste processo, vemos o deslizamento do perfil demandado para compor as equipes que vão atender os pobres e lidar com eles: são cada vez mais técnicos, cada vez menos militantes.⁷⁹

Esse processo é marcado por um deslocamento profundo na forma de conceber e atuar sobre as chamadas questões sociais, que consiste em um progressivo afastamento de uma lógica de garantia de direitos para uma lógica de administração, de gestão e de contenção dos problemas sociais. Este deslocamento está relacionado à consolidação do que Foucault⁸⁰ chamou de governamentalidade neoliberal. Para o autor, a governamentalidade é uma forma pragmática do governar, ou seja, de conduzir a conduta dos homens. Nesse sentido, a governamentalidade é uma racionalidade de governo. No caso da governamentalidade neoliberal, trata-se de um modo de governo que tem como premissa e objetivo central gerir os processos, especialmente baseando-se no modelo do mercado, que se torna o validador por excelência dos modos de governo em todas as esferas da vida social, inclusive a estatal. Nessa racionalidade de governo, a igualdade e a universalização dos direitos sociais deixam de figurar como horizonte a ser alcançado.

A disseminação do *projeto* como forma privilegiada de intervir no social, atuar junto a populações pobres, “vulneráveis”, revela não só a lógica que concebe a pobreza como algo a ser gerido, mas diz muito sobre a própria forma e as técnicas de gestão da pobreza no Brasil contemporâneo. A inconstância, a imprevisibilidade e o caráter não permanente são positivados exatamente porque permitem experimentar, testar formas, estratégias, técnicas de gestão da pobreza. A despeito dos efeitos na vida dos sujeitos, as mudanças constantes e a imprevisibilidade passam a ser entendidos como possibilidade de renovação constante, para que novas propostas, mais criativas, eficientes e baratas, sejam criadas.

78 Id. *ibid.*

79 Feltran (2011).

80 Foucault (2008a, 2008b).